

/ PALAVRA DO LEITOR

Prédios mais altos

O Centro Histórico de Porto Alegre poderá ter novos prédios com até 130 metros de altura. A medida faz parte do Plano Diretor do Centro, que se tornou lei na virada do ano de 2021 para 2022. Entretanto, o decreto sobre a altura máxima das novas construções foi publicado somente no dia 9 de maio. (*Coluna Pensar a Cidade, 14/05/2025*). Prédios maiores do que o maior prédio do Centro, o Santa Cruz. Um absurdo ambiental e urbanístico isso. (*Luis Filipe Bueno*)

**Prédios mais altos II**

O abandono do centro é um projeto imobiliário com ação liberada da prefeitura. Qual cidade da Europa tem prédios de 10 andares? (*Carlos De Martini*)

Prédios mais altos III

Agora sim. Eu gostaria de 200 metros, mas já é um avanço. (*Cesar Souza Gonçalves*)

Prédios mais altos IV

Parabéns Porto Alegre, nós precisamos sair dessa inércia e começar a pensar como cidade grande. (*Rogério Severo*)

Correios

Após prejuízo de R\$ 2,6 bilhões, Correios divulgam plano para cortar R\$ 1,5 bi em despesas (JC, 13/05/2024). Esse assunto é uma vergonha, antes de qualquer medida saneadora eles aumentaram as tarifas em percentuais absurdos. É mais fácil tirar do povo, que não têm outra opção, do que administrar com honestidade e competência. Pobre Brasil! (*Sérgio Tostes de Escobar*)

Divaldo Franco

O líder espírita Divaldo Franco, considerado sucessor de Chico Xavier, morreu nesta terça-feira (13) aos 98 anos. (JC, 14/05/2025). Uma perda lastimável. Um homem de um grande coração, sempre pronto a acolher. (*Elias Braga*)

Divaldo Franco II

Ser abençoado e de extrema bondade! O mundo precisa de mais pessoas assim. (*Sil Machado*)

Missão RS nos EUA

O presidente da Fiergs, Claudio Bier, integra a missão gaúcha em viagem aos Estados Unidos. Bier avalia que é preciso divulgar melhor as potencialidades do Rio Grande do Sul (JC, 14/05/2025). Com burocracia excessiva, impostos cada vez mais altos e instabilidade jurídica fica difícil, para não dizer impossível, atrair investimentos. (*Wagner Tomazi*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Precisamos de governos inteligentes

Téo Foresti Girardi

Um governo inteligente é aquele que coloca o cidadão no centro das decisões, utiliza dados e tecnologia para orientar políticas públicas e promover uma gestão eficiente, transparente e inclusiva. Isso significa entregar serviços de forma mais ágil, personalizada e acessível, ao mesmo tempo em que fortalece a participação social e a confiança pública.

A transformação digital no setor público deve ir além da digitalização de documentos e processos. Ela requer uma mudança de mentalidade: é preciso pensar o governo como um prestador de serviços centrado no cidadão, com foco na experiência do usuário, na interoperabilidade de sistemas e na tomada de decisões baseada em dados.

Programas como o Conecta GOV.BR já demonstram o potencial dessas inovações. Desde sua criação, a iniciativa gerou uma economia estimada de R\$ 5,85 bilhões por meio da automação de processos e redução de custos operacionais. Essa experiência mostra que investir em GovTech não é apenas uma questão de modernização, mas também de responsabilidade fiscal e eficiência administrativa.

Entretanto, a jornada digital do setor público não será bem-sucedida se não for inclusiva. O grande desafio dos gestores públicos brasileiros é duplo: modernizar suas estruturas e garantir que essa modernização não aprofunde desigualdades sociais. Isso significa promover o acesso uni-

versal à internet, capacitar servidores públicos e usuários, criar plataformas acessíveis e considerar as diferentes realidades regionais do país.

Além da tecnologia, será fundamental investir na formação de lideranças públicas digitais, capazes de conduzir processos de inovação com ética, visão estratégica e sensibilidade social. Nesse sentido, o GovTech Summit 2025, que acontecerá nos dias 29 e 30 de maio, em Porto Alegre, com o tema Governos Inteligentes, não é apenas um evento de tecnologia, mas um fórum essencial para repensar o papel do Estado em uma era digital.

Entre os temas que estarão em pauta estão o uso de inteligência artificial para análise de dados em políticas públicas, a adoção de plataformas digitais integradas, e a criação de mecanismos de governança digital inclusiva. Ao reunir diversos atores do ecossistema de inovação pública será uma oportunidade única para alinhar expectativas, fomentar parcerias e traçar os rumos de uma gestão pública mais eficiente, aberta e conectada com os cidadãos.

Head do GovTech Summit, doutora em Design e Tecnologias

A transformação digital no setor público deve ir além da digitalização de documentos e processos

Direito e IA: quem dita o ritmo?

Luciano de Faria Brasil

A ordem jurídica sempre está defasada diante da realidade social, pois o direito é dependente dos fatos. No campo da tecnologia digital, a tendência de descompasso é ainda maior, pois a técnica e o direito avançam em velocidades muito diferentes. Nestas condições, mostra-se bastante difícil o desafio de regular as ferramentas de inteligência artificial (IA).

Esse tipo de inovação tecnológica traz benefícios inegáveis, como aumento de produtividade, personalização de serviços e avanços na medicina. No entanto, é igualmente necessário enfrentar dilemas éticos importantes, como vieses algorítmicos, discriminação automatizada e privacidade, garantindo equilíbrio entre progresso e proteção de direitos fundamentais.

Atualmente tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei que busca instituir marco legal para sistemas de IA no Brasil. A matéria foi apreciada pelo Senado Federal no fim do ano passado, com intensos debates, resultando na aprovação de texto-base. Além disso, em fevereiro

deste ano, o Conselho Nacional de Justiça editou resolução sobre o uso de IA no Poder Judiciário, somando-se ao conjunto de iniciativas pontuais sobre a matéria.

Resta a pergunta: há sentido em regular uma tecnologia que progride tão rapidamente como a IA? A resposta é afirmativa. É importante criar um marco regulatório que trate do tema com clareza, em suas linhas essenciais, definindo riscos, enunciando princípios e fixando responsabilidades para os desenvolvedores e operadores das novas tecnologias de IA.

Neste ponto, destaca-se a criação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA), com o objetivo de fiscalizar o cumprimento das regras, sob coordenação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. É fundamental assegurar a ampla transparência dos trabalhos do SIA, assim como a participação efetiva dos representantes da sociedade civil.

Enfim, ressalta-se que não há a necessidade de descer a detalhes na regulação da IA, pois tais regras logo se tornariam obsoletas. A finalidade inicial de qualquer regulação do tema é assegurar que a iniciativa privada e o poder público possam partir de um conjunto mínimo de regras para resolver conflitos. É esta postura objetiva e pragmática que se espera na regulação da IA no Brasil.

Presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP)